

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL

FONSECA, Leandra Nascimento.¹

nascimento_leandra@hotmail.com

COSTA, Fernanda Maria².

crfdacosta@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa iniciada em 2011. A pesquisa buscou saber se os *websites* das instituições de arquivo de acesso público brasileiras em nível estadual e nacional, que possibilitam o acesso à informação contidas nestes repositórios de forma eficiente as pessoas com ou em estado de deficiência. Em um quadro geral nossa pesquisa se deparou com um descompasso entre a legislação vigente para a construção de *websites* e a prática das instituições de arquivo, em busca das causas deste descompasso este artigo traça o panorama da construção de *websites* em instituições de arquivo de acesso público no Brasil entre os anos de 1999 e 2012.

Palavras Chaves: Panorama; Websites; Informação; Arquivos.

1. Introdução

Atualmente está mais que consolidado que a informação e o conhecimento tornaram-se os motores da nova ordem global e o principal vetor da dinâmica econômica.

A informação se tornou, mais que no passado, instrumento estratégico e decisivo para a formulação de políticas autossustentáveis e de longo prazo para o desenvolvimento humano. O desafio histórico no alvorecer do terceiro milênio impõe-se a todos os povos e nações, a constituição de uma vigorosa e diversificada rede de inteligência e uma potente capacidade investigadora, em todas as áreas do conhecimento, esta passou a ser condição *sine qua nom* para toda e qualquer pretensão de salto civilizatório e ao exercício da soberania.

O bem estar dos cidadãos e as possibilidades de alargamento da participação democrática, com a inclusão social, dependem hoje, em grande escala da forma como as sociedades incorporam ao seu cotidiano os avanços tecnológicos e cognitivos e como as sociedades

¹ Discente do 6º período do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Discente do 5º período do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

assumem as mudanças culturais advindas do grande fluxo de informações e da geração de conhecimento.

Apesar do exposto acima as relações sociais ainda são pautadas na relação de inclusão e exclusão e no que tange as pessoas com deficiência, em 2008, a partir da ratificação do acordo da pessoa com deficiência da ONU, o Brasil adotou uma nova postura conceitual incorporando fatores sociais condicionantes à situação de deficiência, como graus de acesso a tecnologias e serviços que possam ser um acréscimo à condição de deficiência, a qual foi imposta ao cidadão por sua condição física ou mental. Segundo números do censo 2010 do IBGE, cerca de 45 milhões de brasileiros, ou seja, quase 24% da população brasileira afirmam ter algum tipo de deficiência que o impede de executar normalmente suas atividades cotidianas, dentro deste contexto, este trabalho traz um panorama da construção de *websites* de instituições de arquivo de acesso público no Brasil e de como erros na sua construção podem acarretar prejuízo a uma parte significativa da população³.

De 1999 a 2012: O que mudou no ciber espaço dos arquivos brasileiros

Em julho de 1999, foi reunida uma Mesa Redonda Nacional de Arquivos com o intuito de constituir um grupo de trabalho para elaborar normas sobre a criação de *sites* de instituições arquivísticas e em novembro de 1999 foi designada, para esse fim, uma Comissão Especial, formada por Carlos Augusto Silva Ditadi e Maria Isabel Falcão (Arquivo Nacional), Carmen Tereza Coelho Moreno (Biblioteca Nacional), Sandra Rebel Gomes, tendo como seu presidente o professor José Maria Jardim na época docente da Universidade Federal Fluminense.

“Desta comissão originou-se um documento, uma iniciativa do Conselho Nacional de Arquivos com a finalidade de operacionalizar uma das recomendações da Mesa Redonda, realizada em julho de 1999:

Ao longo de 12 meses, a comissão procurou definir e viabilizar uma metodologia e agenda compatíveis com a tarefa que lhe foi destinada. De imediato, foram abordados aspectos teóricos e operacionais relativos à dimensão virtual dos arquivos e suas diversas implicações. Esse esforço

³ Sobre isso ver: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/amostra/>, acessado em 13/05/2012.

de balizamento forneceu elementos para futuras incursões no tema, suscitando, paralelamente, uma maior precisão nas diretrizes propostas⁴.

A etapa inicial das atividades desta comissão foi o levantamento da literatura a respeito de *websites* de instituições arquivísticas. Segundo os próprios constituintes da comissão, apenas um artigo sobre o tema foi localizado na época, apesar da crescente literatura arquivística sobre arquivos virtuais. Há, porém, diversos estudos sobre a avaliação de *websites* em geral, especialmente de administrações públicas norte-americanas. O que não difere muito da situação atual, onde se deve levar em questão que ainda hoje a avaliação de *websites* é muito comum no exterior, mas inexistente no Brasil.

O documento em questão não pretendeu ser um manual para a construção de *websites de instituições arquivísticas*. Seu objetivo foi o de fornecer um referencial básico às instituições interessadas em criar ou redefinir seus *websites*. Algumas diretrizes sugeridas refletiram soluções já consolidadas em diversas experiências, enquanto outras diziam respeito a aspectos emergentes na construção de *websites*. Na concepção de seus idealizadores a especificidade de cada instituição interessada em produzir ou redefinir seu *website* poderia levar à adoção do conjunto destas diretrizes ou parte delas.

As diretrizes propostas tiveram como ponto de partida a gestão da informação, sem negligenciar os conhecimentos específicos de *web designer*. Apesar da expectativa deste documento ser útil a *webmasters*⁵, assim buscou-se produzir um instrumento que pudesse sobre tudo auxiliar os gestores de instituições arquivísticas.

Segundo a comissão procurou-se um resultado que favorecesse o diálogo necessário entre esses profissionais, naqueles tempos seus integrantes tiveram o cuidado de criar tópicos específicos à construção de *websites* arquivísticos, além de uma bibliografia e os endereços de instituições arquivísticas na Internet, citados nos itens 7 e 8, com o intuito oferecer à comunidade arquivística e a suas gerações vindouras uma maior abrangência sobre o tema. Esperava-se que as indicações de glossários sobre Internet em português pudessem facilitar o percurso de leitores menos familiarizados com os termos usados nas áreas de TI.

⁴ JARDIM, José Maria Jardim. **O Acesso à Informação Arquivística no Brasil:** problemas de acessibilidade e informação. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf, acessado em 13/05/2012.

⁵ *WebMaster* é o responsável por todo um Site, pessoa que possuidor dos códigos ou passwords para fazer modificações na página. é a única pessoa autorizada a dizer, caso não lhe agrade o que entra ou não entra em relação à estrutura ou aos conteúdos do site

E segundo os autores de tal documento, tendo em vista o alto grau de obsolescência tecnológica, o documento constituído era de natureza modificante e assim deveria ser revisto quando oportuno, sendo bem-vindas e apreciadas as sugestões da comunidade arquivística que pudessem incentivar novas versões quando se fizessem necessárias.

Na época Internet brasileira ocupava o 14º lugar no mundo. De maneira geral, os números da Internet no Brasil representam 50% dos totais da América Latina, atualmente.

Hoje, o Brasil ocupa o 3º lugar em número de computadores on-line passando a frente da Alemanha e ficando atrás apenas de países como Estados Unidos e Japão, este crescimento se deu devido ao acréscimo de 14% de conexões de internet ocorrido entre setembro de 2010 e setembro de 2011.

Conforme pesquisa apresentada por José Maria Jardim na Mesa Redonda Nacional de Arquivos, foram identificadas 13 instituições arquivísticas de acesso público brasileiras com *sites* institucionais na rede: Arquivo Nacional; Arquivos Estaduais da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo; Arquivo do Distrito Federal e Arquivos Municipais do Rio de Janeiro e Salvador⁶.

Em 2011 executamos um diagnóstico semelhante, encontramos em todo território nacional 14 *websites* de instituições arquivísticas de acesso público em âmbito estadual, no âmbito municipal encontramos o *website* do Arquivo municipal do Rio de Janeiro e, no âmbito nacional, o *web site* do Arquivo Nacional, contando como exceções somente os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe ainda não possuem um *site próprio* de Arquivo.

Em sua pesquisa o Professor José Maria Jardim analisou os *websites* dessas instituições privilegiando-se alguns indicadores relacionados à questão da acessibilidade analisando de forma quantitativa os dados recolhidos com relação ao acervo⁷.

Como resultado de sua pesquisa ficou claro que além da importância de se ampliar a disponibilidade de informações arquivísticas na Internet, esse quadro revelou a necessidade de otimização da Internet pelos arquivos públicos brasileiros.

Para o pesquisador ficou evidente a importância dos arquivos públicos fornecerem mais informações sobre seus instrumentos de pesquisa e a importância de se utilizar o correio

⁶ Em levantamento semelhante realizado em julho de 1996 pelo autor, constatou-se a presença de apenas três instituições na Internet.

⁷ O prof. José Maria Jardim analisou os instrumentos de pesquisa, instrumento de pesquisa *on-line* em base de dados, em outras bases de dados, sobre serviços disponíveis aos usuários, o atendimento ao usuário via *e-mail*, contador de acessos ao *site*, atualização do *site*, *links* arquivísticos, mapa do *site*, mecanismo de busca do *site* mas não deixa claro os indicadores usados para chegar ao resultado encontrado.

eletrônico como um efetivo mecanismo de transferência de informação e prestação de serviços ao usuário. É significativo que 38% das instituições disponibilizem instrumentos de pesquisa disponíveis on-line, ainda que não permitam buscas com maiores teores de interatividade (por assunto, local, data etc.). Apenas 15% dos arquivos públicos pesquisados ofereciam este tipo de busca.

Em sites de maior escala, estava claro que era preciso oferecer um mapa e um mecanismo de busca ao usuário que favorece a pesquisa, sendo que até aquele momento esses dispositivos eram inexistentes no universo pesquisado.

Por outro lado, crescia no Brasil as perspectivas de ampliação das instituições arquivísticas na Internet. O *Livro verde* do Programa Sociedade da Informação no Brasil previu que:

“Os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação cumprirão papel estratégico. Viabilizarão, para pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da Internet. Reproduzirão, na Internet, a função de operar coleções de conteúdos organizados segundo metodologias e padrões de seleção e qualidade.

[...] Para a sociedade da informação que queremos construir: É preciso facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais. O acesso, para os cidadãos, à produção artística, cultural e científica de nossas instituições – bibliotecas, arquivos, museus, coleções particulares etc. – deve ser facultado em formato digital para permitir consultas de forma mais fácil e eficiente (item 5.3).

Neste quadro de reconhecimento da dimensão virtual dos arquivos, e de novos espaços de transferência e uso da informação, a construção e gerência de *websites* passa a ser uma atividade indispensável nas instituições arquivísticas⁸”.

As perspectivas que foram vislumbradas em 1999 tinham uma visão otimista do cenário, porém segundo pesquisa recente os resultados alcançados não foram positivos em relação ao avanço do desenvolvimento dos websites dos arquivos de acesso público no Brasil, mesmo

⁸ TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

com a evolução e criação de leis específicas que obrigam a normatização destes espaços não só no caso de instituições arquivísticas, mas no ciber espaço como um todo⁹.

A grosso modo, como era de se esperar, devido ao próprio dinamismo ligado a evolução tecnológica da informática muitos conceitos evoluíram, ferramentas foram criadas e padrões internacionais de construção de websites foram incorporados ao universo tecnológico brasileiro, onde o governo teve papel preponderante na criação de iniciativas como o Portal do Software Público e do E-Gov, mas o avanço maior foi com relação a constituição de leis específicas que regulam o que se entende por acessibilidade e usabilidade, estas leis foram criadas como forma de preservar o direito da pessoa que possui ou está em estado de deficiência.

E para que estas leis sejam cumpridas e as pessoas com deficiência possam ter acesso à informação contida nestes repositórios foi preciso à adoção de padrões de construção de conteúdo de web, que trazem como diretrizes: Prioridade de acessibilidade, e constituição de formatos tanto de programação quanto da própria diagramação do conteúdo de web, benefícios que se estendem aos usuários em geral, já que a maior parte destas diretrizes está ligada a boa constituição do ambiente digital de um modo geral e na melhora da arquitetura da informação como um todo, não sendo dotada de grandes especificidades, a ponto de excluir a pessoa dita normal do processo de acesso a informação.

E para que fossem alcançadas as melhorias na qualidade do conteúdo oferecida nos *sites*, o governo brasileiro partiu de um novo posicionamento, sendo desenvolvimento como princípio a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs), o E-gov tem o intuito de democratizar o acesso à informação e dinamizar a prestação de serviços públicos tendo seu foco a eficiência e efetividade das funções governamentais.

No Brasil, a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes e estas atuam em três diretrizes fundamentais: o cidadão; a melhoria da gestão interna dos órgãos de governo; e na integração com parceiros e fornecedores, o que fica pontuado abaixo:

“O que se pretende com o Programa de Governo Eletrônico brasileiro é a transformação das relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo de forma a aprimorar a

⁹ Sobre isso ver: BRASIL. **Lei número 12.527/12:** Lei de Acesso à Informação. Brasília: Ministério da Casa Civil, 2012.

qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso à informação e a uma administração mais eficiente¹⁰”

A partir deste novo paradigma¹¹ o governo brasileiro passou a entender que mais do que possibilitar a apropriação das tecnologias por parte do cidadão, passou a ser necessário se pensar não só em formas de acesso, mas na possibilidade real do uso de tecnologia por todo cidadão independentemente de sua condição social e física. Foi então cunhado o termo usabilidade, que busca assegurar que qualquer pessoa consiga usar um website e que este funcione da forma esperada pela pessoa tendo como objetivos a facilidade de uso e de aprendizado na execução de tarefas, e prevenção, visando à redução de erros e a satisfação do indivíduo. Sobre isso a cartilha do governo eletrônico comenta que:

“Para a usabilidade o ponto de partida do desenvolvimento é o usuário. Usuário é o termo técnico utilizado em usabilidade para referir-se a cada pessoa que utiliza o objeto em questão por meio de uma interface. No caso temos o cidadão como usuário e o objeto são as páginas, informações e serviços disponibilizados eletronicamente pelo governo federal¹²”

A interface é o meio pelo qual a pessoa intervém, dialoga, modifica o objeto da interação que no caso é um *site*. Se a interface é fácil de aprender, simples, direta e amigável, o usuário será capaz de utilizar o ambiente independentemente de sua condição física. Desenvolver *sites* com usabilidade é pensar do ponto de vista do cidadão, para tanto devemos observar uma série de critérios enumerados em material disponível pelo governo federal.

Porém apesar do governo ter se adiantado a necessidade dos seus cidadãos, em um primeiro olhar descobrimos que os desenvolvedores dos *sites* dos arquivos públicos não atentaram para a inclusão e disponibilização das informações de forma acessível para pessoas com deficiência, provavelmente por desconhecerem as necessidades deste público e este

¹⁰ Retirado de www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br, às 00h02min do dia 22/11/2011.

¹¹ A palavra paradigma foi aplicada aqui em seu sentido etimológico, com o intuito de evidenciar uma tendência dos governos em instância mundial que é a de transformar uma postura de segretismo em uma postura democrática diante a informação e tecnologias de comunicação e informação, como exemplo temos a Transparência Governamental, o e-gov e a pluralidade de sítios, paginas governamentais.

¹² Padrões Web em Governo Eletrônico e-PWG : Cartilha de Usabilidade / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Brasília : MP, SLTI, 2010.

desconhecimento advêm do hábito constituído em nossa sociedade em excluir o deficiente devido à formação histórica de uma mentalidade excludente.

Partindo do princípio que o Brasil é signatário de uma série de acordos que tratam do processo de inclusão social da pessoa com deficiência, o país compromete-se a eliminar os espaços excludentes de nossa sociedade. Além disso, em nossa Carta Magna, em seu artigo quinto, trata-se dos direitos do cidadão independentemente de suas condições físicas, indo além, no artigo sétimo, tratando das limitações e criando condições de inclusão dos cidadãos deficientes no mercado de trabalho. Com isso, passamos a ter o compromisso ético de tornar estes espaços acessíveis através do uso do conceito da usabilidade.

Em 2000, a Comissão Especial, formada por Carlos Augusto Silva Ditadi e Maria Isabel Falcão (Arquivo Nacional), Carmen Tereza Coelho Moreno (Biblioteca Nacional), Sandra Rebel Gomes, e por seu presidente o professor José Maria Jardim colheu seus primeiros frutos foi publicado pelo CONARQ um documento de 11 paginas, as Diretrizes Gerais Para a Construção de *Websites* de Instituições Arquivísticas.

Agora em 2011, refazendo os passos de nossos pioneiros agora com a utilização de ferramentas de diagnóstico fizemos uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo e da arquitetura das *websites* dos arquivos de acesso público no Brasil.

Quanto ao conteúdo, houve uma melhora em quantidade do conteúdo arquivístico oferecido pelas instituições de 1999 para cá, disponibilizaram parte de seu acervo de forma digitalizada o Arquivo Nacional, e os arquivos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal possuíam seu acervo digitalizado ou parte dele. Porém, no decorrer da pesquisa o Arquivo público de Minas Gerais também disponibilizou parte de seu acervo, na instância municipal preferimos nos ater aos arquivos municipais do Rio de Janeiro sendo que o de Salvador não possui mais um website.

O que nos mostra uma evolução na forma de uso das *websites* pelos arquivos de acesso público mesmo que de forma tímida.

Nossa análise utilizou-se de ferramentas avaliadoras, ou seja, programas capazes de operar análises automáticas dos códigos de programação que compõe os conteúdos de *sites* e corrigi-los quando necessários adequando-os aos padrões consolidados para a arquitetura da informação de web.

Em nossa pesquisa testamos três ferramentas diferentes: o ASES, que é uma ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a usabilidade de páginas, *sites* e portais, possuindo algumas

funcionalidades do avaliador E-MAG¹³ e WCAG¹⁴. O ASES é capaz de avaliar linguagens como CSS e HTML e simular leitura de tela, corrigindo condições de leitura de pessoas com baixa visão, daltonismo e catarata, porém a ferramenta, apesar de ser gratuita, só funciona por meio de *download* e para funcionar no *Windows* é preciso ter o Java Application Platform SDK, para o *Linux* é preciso ter o Java Runtime Environment – JRE, sendo de difícil conexão na internet, além de ser incompatível com o *Windows 7* e *Windows Vista (home basic)*.

Esta série de limitações torna seu uso em organismos vinculados ao poder público, muito custosa já que depende de *download* o que geralmente depende da assistência de técnicos para adequação ao software, e nosso propósito foi possibilitar que o manejo destas ferramentas seja o mais simples e rápido o possível.

Utilizamos também a ferramenta conhecida como “Da Silva”, um *software* inspirado no ASES e que promete ser mais simples em sua aplicabilidade. O “Da Silva” está disponível em duas versões: **Desktop*, para ser instalada no programa *Windows*, e **Web*, que pode ser usada em qualquer navegador. Basta digitar a URL (endereço do site), e o programa avalia as páginas gerando um relatório dividido em três prioridades e *links* relacionados, fazendo a análise apoiado em uma base de dados, disponível apenas em português.

Em nossa avaliação os relatórios gerados por estas ferramentas foram complexos e difíceis para a compreensão de leigos. Partimos, então, para a utilização de uma terceira ferramenta, o *HERA-SIDAR (2.1 BETA)*, que é uma ferramenta utilizada para rever a usabilidade de páginas da *web* de acordo com diretrizes de usabilidade, chamado WAG 1.0. O Hera efetua uma análise automática da página sem a necessidade de *download*, sendo que a verificação é feita via web, classificando-as nos seguintes quesitos: bem, mal e não aplicável. A ferramenta está disponível em 11 idiomas, incluindo o português.

O *HERA-SIDAR (2.1 BETA)*, trabalha gerando um relatório disponibilizando informações dos erros encontrados, que devem ser revisados manualmente para comprovar a real necessidade de reparação, o que depende do usuário conhecer as diretrizes de usabilidade. Esta ferramenta proporciona tanto a visão gráfica como a do código *HTML*, destacando em

¹³ O Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico, (e-MAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada.

¹⁴ Documento de Referência para Princípios de Acessibilidade e Idéias de Design em Instancia Internacional.

cores diferenciadas os elementos que devem ser reparados. O relatório gerado permite identificar o seu revisor, além de guardar durante sete dias o relatório, sendo possível retornar à análise utilizando a *URL* da página revisada.

Durante nossa pesquisa tentamos conhecer o desempenho das três ferramentas, porém foi impossível conhecer seu desempenho devido à limitações de uso das mesmas.

O HERA-SIDAR (2.1 BETA), se mostrou mais amigável para o uso e compreensão, além de ser disponibilizado em vários idiomas. Além disso, seu relatório de verificação quanto à acessibilidade é mais completo e detalhado.

Uma vez iniciada análise do *site* pelo HERA-SIDAR (2.1 BETA), foram gerados resumos e com a informação obtida na análise automática, foram definidos os resultados para cada ponto da verificação.

Este resultado se divide em *bem*, *verificar*, *mal* e *não aplicável*. Quanto à análise, podemos detectar se a página cumpre com os requisitos de usabilidade no ponto analisado, qualificando o item com o ícone *bem*.

Quando a análise não pode confirmar, com toda a certeza, o cumprimento do ponto e requer a interpretação do utilizador, o HERA-SIDAR (2.1 BETA), disponibiliza opções para efetuar a revisão manual.

Quando a análise pode detectar se a página não cumpre, parcial ou totalmente os requisitos de usabilidade, a análise é qualificada com um ícone com a palavra *mal* e quando a análise do ponto faz referência a elementos que não se encontram presentes na página, eles são qualificados como *não aplicável*.

Nossa análise se deteve nos pontos diagnosticados como Mal, onde encontramos erros nas três modalidades de prioridades.

O website do Arquivo Nacional possui hoje 2 itens que funcionam corretamente um relacionado a P2, onde uma tabela está constituída dentro das normas de constituição de conteúdo para web e um item da P3 também está correto já que indica o idioma principal do *website*.

Quanto aos erros foram encontrados erros relacionados as modalidades P1, P2 e P3, os que se enquadram na modalidade P1 existem 8 imagens sem textos alternativos, e 5 imagens que contém o atributo “alt”, o que deve ser revisto manualmente pois pode incorrer em mais de uma modalidade de prioridade atribuída ao erro.

Quanto aos erros da Prioridade dois (P2) foram encontrados 13 erros, além do uso incorreto da folha de estilos, uso de unidades absolutas na CSS e de controle de tamanho de fonte das letras usadas nos textos, uso de controles sem etiquetas e etiquetas sem controle, elementos e atributos de HTML obsoletos e finalmente a Prioridade três (P3) possui um controle vazio e quatro links adjacentes que não contém caracteres imprimíveis entre eles.

Quanto as websites dos arquivos de acesso público em nível Municipal nós preferimos nos ater a análise do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Foram encontradas 63 instituições municipais cadastradas no CONARQ¹⁵, destas 63 instituições apenas 6 possuem *Website* próprio e duas delas na data da análise estavam fora do ar, o *website* da cidade de Salvador foi desativado.

Nesta análise encontramos quatro pontos com erros relacionados à P2 onde código das folhas de estilo contém erros e 14 atributos HTML são usados para controlar a apresentação além do uso de unidades absolutas na CSS e de controle de tamanho de fonte das letras usadas nos textos e uso de notação obsoleta das tecnologias do W3C.

Quanto a P3 foram encontrados três erros dois quais não foi especificado o idioma oficial do *website*, nem foram definidas teclas de atalho para links importantes (incluindo os que se encontram nos mapas client-side), controles de formulários e grupos de controles de formulários, existindo ainda quatro casos de links adjacentes que não contém caracteres imprimíveis não enlaçados entre eles.

Quanto aos arquivos estaduais no website da Arquivo Público da Bahia foram diagnosticados 08 erros, um relacionado com a P1 onde Há 2 elementos `<embed>`¹⁶ e não existe nenhum elemento `<noembed>` na página.

¹⁵ Pesquisa realizada no dia 09/07/2012.

¹⁶ O comando EMBED permite a exibição não somente de vídeo, mas também de arquivos de diferentes tipos em uma página HTML e que são executados por algum plug-in previamente instalado. Ele funciona tanto no Internet Explorer quanto no Netscape Navigator.

Quanto a P2 foram diagnosticadas 5 falhas onde o código das folhas de estilo contém erros, onde são usadas tecnologias obsoletas para controlar a apresentação do conteúdo da página.

Em nossa análise, acabamos encontrando erros muito semelhantes entre os arquivos analisados, assim achamos melhor expor os erros e suas quantidades encontrados na Tabela abaixo.

	P1	P2	P3
Arquivo Público da Bahia	12	20	13
Arq. Público D F.	8	14	11
Arquivo Público do Espírito Santo	7	14	11
Arquivo Público do Maranhão	8	17	11
Arquivo Público de Minas Gerais	7	18	11
Arquivo Público do Paraná	8	18	11
Arquivo Público do Pará	8	17	11
Arquivo Público do Rio de Janeiro	9	17	13
Arquivo Público do Rio Grande do Sul	8	17	13
Arquivo Público de Santa Catarina	8	17	13
Arquivo Público de São Paulo	12	17	13

Em 24/07/2012, realizamos nova consulta ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, e com relação às páginas próprias dos Arquivos Públicos Estaduais chegando ao seguinte resultado:

Estado	Situação
Acre	Não apresenta site
Alagoas	Não apresenta site
Amapá	Não apresenta site
Amazonas	Não apresenta site
Ceará	Não apresenta site
Goiás	Link dentro do site da Agência Goiana de Cultura
Mato Grosso	Ambiente em desenvolvimento (teste realizado novamente em 24/07/2012)
Mato Grosso do Sul	Não apresenta site.
Pará	Apresenta site do Arquivo Eclesiástico
Pernambuco	Não apresenta site
Piauí	Não apresenta site
Rio Grande do Norte	Link no Site da Secretaria de Administração dos Recursos Humanos
Rondônia	Não apresenta site
Roraima	Não apresenta site
Sergipe	Não apresenta site

Em conversa com alguns desenvolvedores de websites acabamos por entender que os desenvolvedores criaram seus *websites* com poucos recursos que permitem ao usuário com ou sem deficiência ter a capacidade de navegar com facilidade pelos mesmos e que sequer se

preocuparam em buscar o auxílio das recomendações do documento produzido em 1999, que a falta de mão de obra qualificada capaz de dominar a área de TIC é que nos leva a estes erros.

Quanto a revisão manual, podemos encontrar mais de um ponto a ser revisto, o que pode abarcar um ou vários itens a rever, em que cada um dos quais terá o seu próprio resultado. Se os resultados dos itens não coincidem entre si, o resultado global do ponto decide-se pelo item com o pior resultado. Desta forma, se um dos itens está "incorrecto", o resultado do ponto também o será, quaisquer que sejam os resultados dos restantes itens do ponto, a revisão completa pode fazer-se navegando pela tabela de resultados ou seguindo a numeração das diretrizes.

A partir da página Resumo, acessamos à navegação por diretrizes, que se apresentam mediante botões posicionados no final da mesma. Uma vez eleita esta opção, aparecerão os pontos de controle, da diretriz selecionada para serem revistos. Para facilitar a navegação pelas diretrizes, aparecem na parte superior da página de revisão os botões com o número de cada uma delas.

Quanto a navegação pelos resultados ocorre a partir da tabela de resumos, nesta forma de navegação podemos ver as falhas sendo corrigidas automaticamente. Na parte superior da página de revisão aparece a tabela que mostra os resultados com as modificações indicadas pelo revisor.

Ao pressionar o ícone para solicitar o relatório aparecerá um formulário no qual o revisor pode indicar o seu nome, endereço de correio eletrônico, o título que quer dar ao relatório, e um campo para introduzir um comentário geral.

Podendo então ser selecionado o tipo de resultado que se deseja incluir no relatório, ou que se deseja incluir a todas as análises a partir deste ponto podemos eleger os tipos de relatórios que serão gerados, que podem ser gerados em formato HTML, em formato RDF, contribuindo assim para que tenhamos e seja possível aproveitar as possibilidades de uma Web semanticamente mais rica a partir do uso da linguagem EARL.

Uma vez feita a revisão e as modificações oportunas para se alcançar o nível de usabilidade desejado, convém declarar que o fez; e para isso, use um dos seguintes ícones enlaçados,

idealmente, com o relatório em formato RDF gerado pelo HERA. Desta maneira robôs serão capazes de indexar a sua página entre as que cumprem com determinadas características de acessibilidade ou, noutro caso, com a página de conformidade com as Directrizes de Acessibilidade para o Conteúdo Web 1.0 da WAI.

4. Conclusão

Após a aplicação do HERA-SIDAR na análise dos quatorze *sites* de arquivos de acesso público existentes em âmbito estadual e cadastrados no SINAR, falhas foram diagnosticadas dentro do quatro de P1, P2 e P3¹⁷, sendo estes instituídos pelas diretrizes internacionais de acessibilidade, onde na maioria dos casos a análise foi qualificada como não aplicável, ou seja, o ponto faz referência a elementos que não se encontram presentes na página e desta forma a análise deveria ser revista manualmente. Porém, de qualquer forma o resultado alcançado nos mostrou que a maior incidência de falhas encontradas nos *sites* em nossa pesquisa está relacionada com a Prioridade dois (P2), que variaram desde questões muito primarias como a utilização de valores absolutos para controle de tamanho de fonte das letras usadas nos textos, falta de cabeçalho a questões muito mais sérias como a não observância de regras e padrões para construção de conteúdos de *web* e uso de tecnologias obsoletas na construção dos *sites*.

Quanto as Prioridades um (P1), a maior quantidade de erros diz respeito à falta de legendas que expliquem o conteúdo gráfico, ao contraste de cores; Imagens; Citações; *Scripts*; *Flashes*; Movimentos na página: Reiniciar página; Elementos de programação; Blocos de informação; *Links*; Metadados; Mapa do sítio e Navegação.

¹⁷ [Prioridade 1]

Os criadores de conteúdo Web **devem** satisfazer. Caso contrário, um ou mais grupos de usuários ficarão impossibilitados de acessar as informações no documento. A satisfação deste tipo de pontos é um requisito básico para que determinados grupos possam aceder a documentos Web.

[Prioridade 2]

Os criadores de conteúdo Web **devem** satisfazer. Caso contrário, um ou mais grupos poderão ter dificuldade de acesso à informação no documento. A satisfação deste tipo de pontos irá remover barreiras significativas ao acesso a documentos Web.

[Prioridade 3]

Os criadores de conteúdo Web **podem** satisfazer. Caso contrário, um ou mais grupos poderão deparar com algumas dificuldades de acesso à informação no documento. A satisfação deste tipo de pontos irá melhorar o acesso aos documentos Web.

Com relação a (P2) encontramos erros similares em todas as páginas analisadas onde utilizam-se atributos HTML para controlar a apresentação, onde deveriam se utilizar de folhas de estilo para controlar a disposição dos elementos na página e a forma de os apresentar, Detectamos unidades absolutas (in|cm|mm|pt|pc) ou tamanhos de fonte definidos em px nos valores das folhas de estilo quando estas são usadas, a falta de cabeçalhos também é uma constante, além da falta de declaração do tipo de documento (DTD).

Em relação à Prioridade três (P3) o erro presente na quase totalidade das páginas foi à falta da identificação do idioma principal do *site*.

Todas as falhas que foram encontradas se não forem corrigidas, podem criar dificuldades de acesso para pessoas com deficiências em vários graus e de forma colateral ao usuário comum. O que nos intriga em nossa análise é que foram detectados todos os tipos de falhas possíveis, e em quantidades absurdas nos *sites* e páginas dos arquivos de acesso público dos estados brasileiros, que estão subordinados a legislação específica que os obriga a ter aspectos de usabilidade e interface amigável, o que se torna como uma incoerência, já que o governo brasileiro tem dado bons exemplos diante de iniciativas, como a criação de material didático institucional para o apoio de desenvolvedores de espaços digitais interativos, o próprio e-Gov e do Portal do Software livre, além da aprovação de leis específicas que regulam o *ciber* espaço e seus aspectos em usabilidade, o que nos dá amparo legal e possibilidades para que o cidadão com deficiência ou sem limitações que sinta seu direito de acesso a informação desrespeitado, busque através de ações judiciais de cunho indenizatório que estes espaços sejam adequados as suas necessidades, o que traria ônus as receitas do Estado. Infelizmente, diante deste quadro, apesar de termos condições simples e viáveis para adequação destes espaços, ainda estamos condicionados à vontade do servidor público que muitas vezes negligência o direito do cidadão por desconhecimento ou simples ingerência do espaço público. Esta negligência vem se perpetuando diante da formação histórica de uma mentalidade excludente, construída através dos tempos¹⁸.

Mudar este mentalidade é ainda um imperativo ético que as novas gerações de cidadãos, profissionais e pesquisadores devem ter como referencial na construção de uma sociedade mais democrática e justa baseada no conceito de que a informação é a matéria-prima para a construção do conhecimento e do desenvolvimento pleno das nações dentro da nova conjuntura mundial.

¹⁸ Para uma interpretação de como isso ocorreu no Brasil, ver: LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **Resolução n. 28 do Conarq.** Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=273&sid=46>, Acessado no dia 18/11/2011, às 0:01.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. (org.). **Inclusão e Escolarização:** múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Lei 8.159.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [/www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm), acessado às 16h53min, do dia 23/06/2011.

BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Brasília: MTE, SIT, 2007.

BRASIL. **Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.** Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/>, acessado no dia 18/11/2011 às 0:21.

CARVALHO, Maria de Fátima. **Conhecimento e Vida na Escola:** convivendo com as diferenças. Campinas, SP: Autores Associados; Ijuí, RS: Ed. Ijuí, 2006.

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Sem Limite** – Inclusão de Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho. 2ª Edição, IBDD [Coord.] – Rio de Janeiro: Editora SENAC-Rio, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, Fontes e novas tecnologias:** questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura:** na Idade Clássica. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HERA. **Programa Hera-Sidar.** Disponível em <http://www.sidar.org/hera/>, Acessado no dia 11/10/2011, às 4:34.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da História:** pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MATTELARD, Armand. **Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação.** Disponível em www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf, acessado às 17h05min, do dia 23/06/2011.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e Educação especial.** Revista HISTEDBR On-line, p. 1-7, 2004.

PUPO, Deise Maria; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (org.). **Acessibilidade:** Discurso e Prática no cotidiano das bibliotecas. CAMPINAS, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008.

SILVA, V. L. R. R.; Bonato, S. J. Modelo de Protocolo para Diagnosticar as Condições de Acessibilidade às Instituições Públicas do Estado do Paraná. In: Blênio César Severo Peixe, Claudia Cristina Müller, Cleise Maria de A. T. Hilgemberg, Gerson Antonio Melatti, Geysler Rogis Flor Bertolini, Hilka Pelizza Vier Machado, Sérgio Luiz. (Org.). **Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná:** Reflexões, Experiências e Contribuições. Cascavel, PR: Edunioeste, 2010. p. 215-232.